REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NOVA TERRA

ENTRE O CONTROLE E A RESISTÊNCIA: PRECARIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NA EJA DO CAMPO

Marcela da Silva Santana[70]
Jeane Nascimento Santos[71]

Introdução

A análise da formação e do trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no contexto do Campo, exige situá-la no interior das contradições estruturais que conformam a sociedade capitalista contemporânea. Nesse sentido, a educação não pode ser compreendida como esfera neutra, mas como espaço de disputa, no qual se expressam as tensões entre as exigências da reprodução do capital e as possibilidades de construção de práticas educativas emancipadoras. Inserida na crise estrutural do capital, a educação passa a ser progressivamente reconfigurada por processos de mercantilização, racionalização gerencial e controle, que incidem diretamente sobre o trabalho docente, redefinindo suas condições objetivas e subjetivas de realização.

A EJA do campo, nesse contexto, materializa uma dupla contradição. Por um lado, constitui-se como direito

[70] Mestranda em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
[71] Mestra em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

historicamente negado às classes trabalhadoras, cujas trajetórias são marcadas pela exclusão, pela exploração e pela interrupção dos processos de escolarização. Por outro lado, apresenta-se como espaço potencial de construção de práticas contra-hegemônicas, nas quais o trabalho docente assume um papel central na mediação entre conhecimento escolar e experiência social e formação política. Essa condição contraditória exige uma compreensão da docência que ultrapassa abordagens tecnicistas, reconhecendo-a como prática social inserida em relações de poder.

Entretanto, o trabalho docente na EJA do Campo tem sido atravessado por processos intensificados de precarização, que se manifestam tanto nas condições materiais quanto na dimensão simbólica da profissão. Conforme analisa Antunes (2009), a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo está associada à intensificação da exploração, à flexibilização das relações laborais e à ampliação da insegurança, configurando um cenário que atinge diretamente os trabalhadores da educação. No campo educacional, esse processo se expressa na sobrecarga de funções, na instabilidade profissional, na ausência de políticas de formação continuada e na desvalorização da docência.

Paralelamente, intensificam-se os mecanismos de controle ideológico e administrativo que incidem sobre o trabalho docente. A padronização curricular, a imposição de metas e indicadores, a burocratização das práticas pedagógicas e a vigilância constante sobre o desempenho docente configuram estratégias que visam alinhar a educação às demandas do mercado, reduzindo sua dimensão crítica e

formativa. Tais mecanismos não apenas limitam a autonomia docente, mas também produzem um processo de naturalização das condições de precarização, transferindo a responsabilidade pelos resultados educacionais para os sujeitos e culpabilizando os professores pelos insucessos.

Ao considerar os sujeitos da EJA, é fundamental reconhecer, conforme aponta Arroyo (2000), que suas trajetórias são atravessadas por processos históricos de negação de direitos, o que exige uma prática pedagógica que dialogue com suas experiências e saberes. No entanto, essa centralidade dos sujeitos deve ser articulada às determinações estruturais que condicionam o trabalho docente, evitando análises que desconsiderem as relações de poder que produzem tais desigualdades.

Nesse sentido, a perspectiva de Freire (2019) contribui ao afirmar a educação como prática de liberdade, fundamentada no diálogo, na problematização e na construção da consciência crítica. Contudo, a materialização dessa proposta encontra limites nas condições concretas de precarização e controle que atravessam a docência, evidenciando a necessidade de compreender a prática pedagógica em sua relação com as determinações sociais mais amplas.

Por sua vez, a contribuição de Caldart (2012) permite situar a Educação do Campo como parte de um projeto político-pedagógico vinculado às lutas sociais, articulando educação, território e classe. Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender a EJA do campo não como política compensatória, mas como espaço de afirmação de direitos e de

construção de alternativas educativas contra-hegemônicas.

Diante desse cenário, coloca-se a seguinte problemática: de que maneira o trabalho docente na EJA do Campo é atravessado por processos de precarização e por mecanismos de controle ideológico e administrativo, e como se constituem as práticas de resistência nesse contexto? A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender a docência como prática contraditória, na qual, embora submetida às determinações do capital, não se esgota nelas, mantendo possibilidades de negação e transformação.

Objetivos

Analisar o trabalho docente na EJA do campo como prática social contraditória, apreendendo as relações entre formação, precarização, controle ideológico-administrativo e resistência no contexto da crise estrutural do capital. Especificamente, buscou-se: analisar as condições históricas e atuais de formação dos professores da EJA do campo; identificar os elementos constitutivos da precarização do trabalho docente; examinar os mecanismos de controle ideológico e administrativo que incidem sobre a prática pedagógica e compreender as práticas de resistência construídas no cotidiano do trabalho docente.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, partindo da compreensão de que a realidade social é constituída por contradições que se expressam em diferentes

níveis da totalidade. Nesse sentido, o trabalho docente é analisado como categoria inserida nas relações sociais de produção, sendo atravessado por determinações econômicas, políticas e ideológicas.

A investigação foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica crítica, articulada à análise de experiências concretas da EJA no campo, permitindo apreender as mediações que constituem o trabalho docente. O referencial teórico mobilizado possibilita compreender tanto as determinações estruturais quanto as possibilidades de ação dos sujeitos, articulando as contribuições de Antunes (2009), Arroyo (2000), Freire (2019) e Caldart (2012).

Resultados e discussão

A análise evidencia que a formação docente na EJA do Campo se configura como mediação contraditória, na medida em que, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a construção de práticas críticas, também se apresenta subordinada a uma lógica de formação instrumental, orientada por demandas externas à realidade dos sujeitos. A ausência de políticas públicas consistentes voltadas à formação específica para a EJA contribui para a reprodução de práticas pedagógicas descontextualizadas, reforçando a precarização do trabalho docente.

No âmbito das condições de trabalho, a precarização se manifesta como processo estrutural, caracterizado pela intensificação das atividades, pela sobrecarga de funções, pela escassez de recursos pedagógicos e pela instabilidade

profissional, além da infraestrutura precária dos espaços escolares. Conforme analisa Antunes (2009), esse processo está diretamente relacionado à lógica de acumulação do capital, que busca ampliar a produtividade e reduzir custos, atingindo de forma significativa os trabalhadores da educação.

Além disso, identificam-se mecanismos de controle ideológico e administrativo que operam como mediações fundamentais na regulação do trabalho docente. A padronização curricular, a imposição de metas e a intensificação da burocracia configuram estratégias que visam alinhar a educação às exigências do mercado capitalista, produzindo um processo de heteronomia da prática docente. Tais mecanismos contribuem para a redução da autonomia e para a descaracterização da educação como prática crítica e emancipatória.

Entretanto, a análise também revela que o trabalho docente não se reduz à reprodução dessas determinações. Ao contrário, ele se constitui como espaço de contradição, no qual emergem práticas de resistência que tensionam a lógica dominante. Essas práticas se expressam na valorização dos saberes dos estudantes, na construção de relações pedagógicas dialógicas e na afirmação da educação como direito, conforme propõe Freire (2019).

Ao considerar os sujeitos da EJA, Arroyo (2000) compreende que a prática docente deve reconhecer suas trajetórias e experiências, articulando conhecimento escolar e realidade social. Nesse processo, a educação do campo, conforme Caldart (2012), se afirma como espaço de construção de um projeto educativo contra-hegemônico, vinculado às lutas

sociais e à afirmação dos direitos da classe trabalhadora.

Dessa forma, o trabalho docente na EJA do Campo se configura como espaço de contradição, no qual precarização, controle e resistência coexistem e se tensionam. Essa compreensão reforça a necessidade de políticas públicas que valorizem a formação e o trabalho docente, garantindo condições materiais e pedagógicas adequadas para o desenvolvimento de práticas educativas significativas.

Por fim, destaca-se que a luta por melhores condições de trabalho docente está diretamente articulada às lutas mais amplas por direitos sociais. Assim, pensar a docência na EJA, implica reconhecer que sua valorização depende de transformações estruturais que enfrentem as desigualdades sociais e afirmem a educação como direito efetivo.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre:** imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 abr. 2026.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.